

Orçamento depende das dívidas

A elaboração do Orçamento de 1992, a ser encaminhado até o final do mês ao Congresso, ofereceu muitas dificuldades à Secretaria do Planejamento, conforme mostrou o titular do órgão, Pedro Pullen Parente. Apesar de todos os cortes efetuados no custeio e nos investimentos, surgiu um buraco de Cr\$ 700 bilhões, que somente poderá desaparecer se a Procuradoria da Fazenda conseguir cobrar parte do que a sociedade deve à União. A situação evidencia a fragilidade das nossas finanças públicas e a inadequação de um sistema em que a vinculação das receitas impede o Executivo de organizar suas despesas.

O projeto orçamentário que o presidente Collor enviará ao Legislativo inclui as despesas da administração central, as operações de crédito e os recursos reservados à Seguridade Social. Seu valor, a preços de abril de 1991, eleva-se a Cr\$ 46,8 trilhões (algo em torno de US\$ 186 bilhões), mas 85% das receitas estão vinculadas. Deduzindo-se os gastos para operações de crédito e para a Previdência Social, ficam apenas Cr\$ 13,9 trilhões, destinados a custeio e investimentos, valor que convém comparar com a dívida pública, estimada em Cr\$ 22 trilhões para 1992. Assim, cumprirá ao Tesouro efetuar a rolagem de uma dívida que absorverá parte importante da poupança privada disponível, o que não permite prever uma queda das taxas de juro. Trata-se de uma situação que não respalda a possibilidade de uma reativação dos investimentos privados. Não há dúvida de

que o equilíbrio das contas públicas deve passar não apenas por uma reforma tributária, que permitiria a ampliação das receitas, como também por uma redução daquelas vinculadas, para que o governo possa melhor eleger suas prioridades.

O Planalto cortou em 30% as despesas de custeio e de investimentos, o que constituiu tarefa hercúlea, quando se sabe que a Constituição não permite a redução dos gastos com o funcionalismo público. Fica muito pouco ao Tesouro para investimentos na infra-estrutura econômico-social.

Mesmo assim, observou-se um déficit de Cr\$ 700 bilhões que o governo pretende cobrir com a cobrança de dívidas que hoje se elevam a Cr\$ 8 trilhões. Desse total, o Tesouro espera recuperar Cr\$ 1,6 trilhão (do qual uma parte será transferida aos Estados e municípios). Quando se pensa que o Tesouro permitiu a acumulação de dívidas superiores à arrecadação prevista para impostos no próximo ano (Cr\$ 6,6 trilhões), pode-se alimentar dúvidas quanto à possibilidade de recuperação, mesmo parcial, de tais débitos.

